

**A INCLUSÃO DO SURDO EM SALA DE AULA:  
UM ESTUDO DO PROCESSO PEDAGÓGICO NO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO  
MUNICÍPIO DE PEDREIRAS – MARANHÃO – BRASIL**

**THE INCLUSION OF THE DEAF IN THE CLASSROOM:  
A STUDY OF THE PEDAGOGICAL PROCESS IN HIGH SCHOOL EDUCATION IN THE STATE PUBLIC  
NETWORK OF THE MUNICIPALITY OF PEDREIRAS – MARANHÃO - BRAZIL**

Maria do Socorro Gomes Silva <sup>1</sup>

**RESUMO**

A educação inclusiva para alunos surdos, tem a possibilidade de oferecer à esses alunos condições favoráveis para um aprendizado pleno, superando os paradigmas antigos, discriminatórios que foram excludentes baseando-se no oralismo e na comunicação em sala de aula. Isso significa novas possibilidades de propor procedimentos e projetos de maior adequação ao surdo, com a inclusão do currículo bilíngue a formação adequada de professores, o envolvimento dos intérpretes educacionais, maior presença de educadores surdos sinalizadores, a integração de interlocução entre surdos e ouvintes e por fim uma reorganização da gestão da escola buscando atingir todas as suas dimensões que a envolve. Este estudo teve como objetivo compreender como se dá o processo pedagógico de inclusão dos alunos com deficiência auditiva em sala de aula e a importância da atuação dos intérpretes de LIBRAS como mediador do ensino e aprendizagem de alunos surdos da escola de ensino médio integral do município de Pedreira no Estado do Maranhão. Seguiu-se a metodologia do estudo de caso e adotou-se a pesquisa qualitativa para obter informações que tornassem possível uma melhor compreensão do fenômeno. Na coleta de dados, utilizou-se os instrumentos de análise dos documentos, observações em sala de aula e a entrevista com os sujeitos ligados com o processo de inclusão na escola. Para obter um resultado, mas criterioso sobre o assunto, foi vivenciada em sala de aula, usando a técnica de observação não participante, com intuito de verificar as estratégias utilizadas, pelos docentes, para a inclusão dos alunos surdos no ambiente escolar e o papel do intérprete de Libras para o apoio ao ensino-aprendizagem. O método utilizado para análise da pesquisa, foi análise de conteúdo, onde buscou-se sua categorização dos textos integrados com os objetivos. Os resultados obtidos apontam que a escola pública de ensino regular ainda não está preparada para receber o aluno surdo. Embora as leis assegurem, sem restrições, o acesso de todos ao ensino, ainda é pouco diante de tudo o que precisa ser modificado e adaptado a fim de que esse aluno permaneça na escola, recebendo uma educação de qualidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inclusão dos Surdos. Ensino Médio. Intérprete de Libras. Ensino-Aprendizado

**ABSTRACT**

Inclusive education for deaf students has the possibility of offering these students favorable conditions for a full learning, overcoming the old, discriminatory paradigms that were excluding based on oralism and communication in the classroom. This means new possibilities of proposing procedures and projects of greater adequacy to the deaf, with the inclusion of the bilingual curriculum, the adequate training of teachers, the involvement of educational interpreters, greater presence of deaf educators who sign, the integration of dialogue between the deaf and hearing and, therefore, end a reorganization of the management of the school seeking to reach all its dimensions that involves it. This study aimed to understand how the pedagogical process of inclusion of students with hearing impairment in the classroom takes place and the importance of the performance of LIBRAS interpreters as a mediator of the teaching and learning of deaf students from the integral high school in the city of Quarry in the State of Maranhão. The case study methodology was followed and qualitative research was adopted to obtain information that would make possible a better understanding of the phenomenon. In data collection, we used the instruments of analysis of documents, observations in the classroom and the interview with the subjects connected with the process of inclusion in the school. In order to obtain a more judicious result on the subject, it was experienced in the classroom, using the technique of non-participant observation, in order to verify the strategies used by teachers for the inclusion of deaf students in the school environment and the role of the teacher. Libras interpreter to support teaching and learning. The method used to analyze the research was content analysis, which sought to categorize the texts integrated with the objectives. The results obtained indicate that the public school of regular education is not yet prepared to receive the deaf student. Although the laws guarantee, without restrictions, the access of all to education, it is still little in the face of everything that needs to be modified and adapted in order for this student to remain in school, receiving a quality education.

**KEYWORDS:** Inclusion of the Deaf. High school. Libras Interpreter.

<sup>1</sup> Mestre em Ciências da Educação pela ESEJ (Portugal). Graduada em Pedagogia Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. Especialista em Libras com Docência do Ensino Superior pela Faculdade Evangélica do Meio Norte (FAEME). Especialista em Gestão e Supervisão Escolar pela Faculdade de Teologia Hokemãh – (FATEH). Especialista em Psicopedagogia Institucional com ênfase em Educação Especial pela Faculdade de Educação Montenegro. Especialista Psicopedagogia Clínica pela Faculdade de Educação Montenegro. Professora da rede municipal na cidade de Pedreiras-MA. **Email:** so-halinda@hotmail.com

## INTRODUÇÃO

Tem-se ouvido há alguns anos, com certa frequência o uso do termo inclusão, e em especial a de pessoas com deficiências, seja essa inclusão digital, na inclusão social, na inclusão no mercado de trabalho e em especial na educação, dentre outros. Para início de discussão se faz necessário, antes de qualquer coisa, deliberar o que avocamos hoje de inclusão, integração e educação inclusiva, pois, por múltiplas vezes nos equivocamos crendo que as três denominações correspondem à mesma coisa, por isso, é de extrema importância avaliarmos os empregos de cada uma.

Inclusão é uma política social que visa incluir todos que estão à margem da sociedade. Assim incluir é compreender, respeitar, conviver com a diversidade e aceitar as diferenças individuais sem discriminar ou excluir o outro do convívio social por ser diferente. Integrar é inserir o aluno na sala de aula, e educação inclusiva, é atender todos os alunos, sem distinção, no sistema escolar, independente da classe social, cor, condições psicológicas e físicas, mas, não basta *integrar* os alunos com deficiência, ou seja, não basta que sejam feitas adaptações para aceitar um determinado grupo de alunos. Isso é relativamente fácil de fazer e vem acontecendo, o que se precisa fazer é uma reestruturação do sistema educacional, de modo que este promova a todos os alunos, condições de pleno acesso ao desenvolvimento e participação fazendo-os assim construtores de sua própria história com autonomia.

Já que na atual Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que conforme Brasil (2008, p. 10) sugere que “a Educação Especial é uma modalidade de ensino que percorre todos os níveis, etapas e modalidades de educação”.

Diante disso percebe-se que as barreiras identificadas no processo de ensino dos alunos com surdez, dar-se-á por meios das dificuldades encontradas na aprendizagem de sua língua materna LIBRAS, haja

vista que o educador na maioria dos casos não dispõe conhecimento da língua gestual para esses alunos, onde os mesmos não têm conhecimento da Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS, acarretando aí um grau de dificuldade maior para o trabalho do professor intérprete.

Desta forma o trabalho terá como fonte de pesquisa a região do Médio Mearim que é composta por 09 cidades: Bernardo do Mearim, Esperantinópolis, Igarapé, Grande, Lima Campos, Pedreiras, Poção de Pedras, São Raimundo da Doca Bezerra, São Roberto dentre os municípios precitados, assim foi escolhida a cidade Pedreiras pela sua importância dentro do desenvolvimento da região, também outro motivo da escolha se deu pelo fato de que o pesquisador e o objeto de pesquisa estão contidos próximo à sua localização.

## O HISTÓRICO DA POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO DO ALUNO SURDO

A educação é, por excelência, essencial para potencializar o desenvolvimento sociocultural e econômico do Brasil, mas, acima de tudo, somente por meio dela é que as pessoas podem se desenvolver integralmente, seja intelectual, cultural, psíquica ou afetivamente. Uma considerável parte da população brasileira, infelizmente, está privada da educação escolar. Referente aos surdos, esse índice ainda é maior. Além disso, em âmbito nacional, o quadro histórico educacional privilegia principalmente as pessoas com condições sócias econômicas favoráveis, ou seja, nem todas as pessoas têm as mesmas oportunidades. Corroborando esse pensamento, Alencar (1985) afirma que:

[...] crianças de nível socioeconômico baixo, com privação cultural, com ambiente físico pouco estimulado, com pouco contato materno e conforme o contexto cultural de suas famílias apresentam dificuldades no desenvolvimento social, da personalidade e das habilidades

cognitivas, ocorrendo o fracasso na escola. (Alencar, 1985, p. 34).

Diante disso é preciso pensar em Políticas Públicas no que tange às Políticas Educacionais como sendo um fator que merece investimentos para se combater a exclusão social. Em Brasil (1988) comenta que sendo assim cabe aqui ressaltar que à sociedade e ao Estado decorre do dever constitucional elencado no caput do Art. 227, que versa:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Brasil, 1988, art. 227).

Frente a essa realidade, torna-se salutar que sejam empreendidas políticas sociais sérias, que resolvam os problemas e todos os seus efeitos, até mesmo, os de ordem psicológica, que afetam as pessoas envolvidas. Isto se houver necessidade, como no caso da prole que sofre a discriminação social e educacional.

Brasil (2007) coloca que a LIBRAS é o meio de comunicação da pessoa surda, sua forma de manifestar o pensamento, emoções, além do desenvolvimento psicológico. O acesso a essa língua o mais cedo possível, é a grande possibilidade que esta tem de desenvolver-se integralmente. O surdo tem direito a um intérprete de LIBRAS, para que seja feita a tradução e interpretação de todo o conteúdo ministrado em sala de aula.

Brasil (2004) coloca que segundo o Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos existem algumas características fundamentais para atuar como intérprete de LIBRAS. Conforme o documento, para realizar uma boa interpretação em LIBRAS, se faz necessário adquirir três habilidades distintas: habilidade,

conhecimento e competência em traduzir e interpretar as línguas propotas.

Já em Brasil (2007) fala que a LIBRAS e da estrutura da Língua de Sinais, além de habilidade mental e motora. Na atualidade, a inclusão de surdos se dá no campo da comunicação, da inclusão tecnológica e principalmente por meio da educação que insere o surdo na sociedade, utilizando-se de diversificadas alternativas de ensino que proporcionam a interação interpessoal. Nesse sentido, o Site Brasil, oferece importantes ferramentas para ocorrer a inclusão, além de disponibilizar um dicionário Online da LIBRAS, tem o intuito de realizar a divulgação, a expansão e a capacitação das pessoas envolvidas, sejam estas surdas ou ouvintes. Segundo o site, o objetivo desse importante canal é proporcionar meios para ocorrer à comunicação entre pessoas surdas e ouvintes.

#### **A EDUCAÇÃO ESPECIAL EM GERAL E O 'ESTADO DA ARTE' NO BRASIL E NO ESTADO DO MARANHÃO**

Conforme a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) no seu artigo 58 compreende-se por educação Especial, é uma área do conhecimento e também uma modalidade de ensino ofertada pelos governantes preferencialmente no ensino regular, para discentes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação em escolas comuns ou em escolas especializadas como instituições que atendem pessoas com deficiência. Essa modalidade objetiva o desempenho global das habilidades e competências dos educandos, com cooperação, incentivo a autonomia, espírito crítico desses indivíduos para pertencerem efetivamente do mundo cultural, social, das artes, desportos e do mercado de trabalho.

A história da educação especial no Brasil teve início no século XIX, quando os iniciou-se serviços de atendimentos voltados ao público dessa modalidade, motivados por práticas norte-americanas e europeias,

foram posteriormente disseminados por alguns brasileiros que se disponibilizava a organizar e a realizar ações destacadas e peculiares para atender a pessoas público alvo da educação especial.

Em meados do século XX, com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, mais tarde por meio do Decreto nº 1320, a escola foi denominada Instituto Benjamin Constant. Em 1857, foi fundado no Rio de Janeiro o Imperial Instituto dos Surdos e Mudos, hoje, Instituto Nacional de Surdos – INES.

Rocha (2010) comenta que o INES foi fundado há 152 anos e a presença de narrativas ligadas à memória faz parte da cultura institucional. A marca de sua longa história é muito forte na instituição, embora, contraditoriamente, a atenção com a memória oral seja mais relevante do que com a memória escrita. Muito se perdeu de fontes documentais matérias, por diversas razões que não cabem aqui serem discutidas.

Ressalta-se que, durante todo o império, os atendimentos eram oferecidos às pessoas com deficiência mais em asilos do que no espaço educacional. Tratava-se de situações organizadas com outros propósitos, que não eram educacionais.

Essa modalidade de ensino foi reconhecida pelo poder público em 1957 com a instituição das "Campanhas", que eram voltadas exclusivamente para assistir a cada uma das deficiências. Em 1972 foi constituído pelo Ministério de Educação e Cultura – MEC o Grupo-Tarefa de Educação Especial e juntamente com o especialista James Gallagher, que veio ao Brasil a convite desse Grupo, foi apresentada a primeira proposta de estruturação da educação especial brasileira, tendo sido criado um órgão central para gerir, sediado no próprio Ministério e denominado Centro Nacional de Educação Especial - CENESP. Esse Centro, hoje, é a Secretaria de Educação Especial - SEESP, que manteve basicamente as mesmas competências e estrutura organizacional de seu antecessor, no MEC. Atualmente no Brasil a Educação Especial tem sido definida na perspectiva abrangente, que perpassa a

concepção de atendimento especializado tal como era sua característica nos anos anteriores. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB nº 9394/96 a educação especial é definida como:

Perceber-se por educação especial, para as implicações desta normativa, a modalidade de educação escolar ofertada, de preferência, na rede regular de ensino, para colegiais com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (LDB n. 9394, 1996, art. 58).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva conceitua a mesma e define o público alvo dessa modalidade, onde a partir do Decreto nº. 6.571/2008 (revogada pelo Decreto nº 7.611/2009) que versa sobre o AEE- Atendimento Educacional Especializado complementar ao ensino regular para discente público alvo da educação especial. De acordo com o Art. 1º § 1º: " Para fins deste Decreto, considera-se público-alvo da educação especial as pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação".

A nova política de inclusão da pessoa surda, tem como escopo o de assegurar à inclusão escolar, promovendo o acesso à aprendizagem no ensino comum. No contra turno, deverão ser oferecidos a este aluno, o atendimento educacional especializado, em salas que devem estar preparadas física e psicologicamente, com recursos didáticos, e profissionais certificado para receber alunos com dificuldade de aprendizagem, alunos cegos, deficientes físicos e intelectuais, superdotados, entre outros, que necessitem desse serviço.

## HISTÓRIA DO PROFISSIONAL TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS – LIBRAS

Com um enfoque de profissão, a constituição do interprete e do tradutor da língua de sinais se desenvolveu a partir de atuação de voluntários, que desenvolviam atividades de caráter laboral, na medida em que as pessoas surdas passaram a ser vista como possuidoras de direitos, conquistando assim, o seu exercício de cidadania. A participação das pessoas surdas nos debates sociais foi o primeiro passo para a entrada da profissionalização dos interpretes e tradutores da língua de sinais. Serão apresentadas, no decorrer do capítulo, as passagens históricas mais relevantes a respeito da construção da profissão de tradutor e intérprete da língua de sinais na Suécia e nos Estados Unidos.

De acordo com o que Quadros (2004), discorre sobre a Suécia e os tradutores e intérpretes de língua de sinais:

- a) no final do século XIX (Suécia, 1875), em ações religiosas, havia a existência de intérpretes de língua de sinais sueca;
- b) no ano de 1938, o parlamento sueco designou cinco colocações de orientadores para surdos que, de início, não estaria atendendo a demanda da comunidade surda;
- c) em 1947, adentraram na função de intérprete, mais 20 pessoas;
- d) em 1968, por uma resolução do Parlamento, a comunidade dos surdos teria direito e ser acompanhado por um profissional intérprete, livre de tributos, frente a imposições da Associação Nacional de Surdos. Neste ano, ao mesmo tempo foi instituído o primeiro curso de treinamento de intérprete na Suécia, disposto pela Associação Nacional de Surdos, junto à Comissão Nacional de Educação e à Comissão Nacional para Mercado de Trabalho;
- e) em 1981, foi designado que, cada conselho municipal necessitaria ter uma unidade com a presença de intérpretes. (Quadros, 2004, pp. 13-14).

Também Quadros (2004) fala que nos Estados Unidos, conforme fatos históricos que:

- a) em 1815, Laurent Clerc (surdo francês), que encontrar-se nos EUA para fomentar a educação de surdos, tinha como intérprete Thomas Gallaudet;
- b) ao longo dos anos, habitualmente parentes, vizinhos, amigos e religiosos, intercediam a comunicação para surdos, como voluntários, empregando uma comunicação muito limitada;
- c) em 1964, uma organização nacional de intérpretes para surdos (atual RID) foi fundada, estabelecendo alguns pré-requisitos para a ação do intérprete.;
- d) em 1972, o RID deu início a seleção de intérpretes, proporcionando um registro posterior a uma avaliação. O RID dispõe, até os dias de hoje, as seguintes funções: nomear os intérpretes, certificar os intérpretes que se encontram qualificados; manter um registro atualizado; requerer o código de ética e proporcionar subsídios a respeito de formação e aperfeiçoamento de intérpretes. (Quadros, 2004, p. 14).

Outro componente essencial neste processo é o reconhecimento da língua de sinais LIBRAS, em cada país. À medida que a LIBRAS - língua de sinais passou a ser reconhecida pelos países enquanto língua de fato, as pessoas surdas passaram a ter acesso a ela enquanto direito linguístico e com garantia. Assim sendo, as instituições de ensino tiveram, de forma obrigatória, de garantir a acessibilidade desse contingente no seu espaço, por meio do profissional intérprete de língua de sinais. No decorrer do capítulo, será exposto um panorama significativo sobre a construção de um novo profissional, o intérprete de Língua de sinais no Brasil, que, de acordo Quadros (2004), faz as seguintes anotações:

- a) a presença de intérpretes de língua de sinais, em trabalhos religiosos, teve início por volta dos anos 80;
- b) o I Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais, disposto pela FENEIS, no ano de 1988, proporcionou o intercâmbio, pela primeira vez, entre alguns interpretes brasileiros, com a avaliação a respeito da ética do profissional intérprete;
- c) o II Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais, preparado do mesmo modo pela FENEIS, no ano de 1992, gerou a interação

entre os intérpretes brasileiros debatendo sobre suas experiências, seguida por debates e votação do regimento interno do Departamento Nacional de Intérpretes, instituído mediante a aprovação do mesmo;

d) entre os anos de 1993 a 1994, alguns encontros estaduais foram efetivados;

e) foram compostas, com início na década de 90, agregadas aos escritórios regionais da FENEIS, unidades de intérpretes. A FENEIS, além da matriz no estado do Rio de Janeiro, no ano de 2002, sedia escritórios nos estados de Brasília, Belo Horizonte, Porto Alegre, Teófilo Otoni, Recife e São Paulo;

f) a página dos intérpretes de língua de sinais, foi disponibilizada em meados de 2000, por meio do site [www.interpretels.hpg.com.br](http://www.interpretels.hpg.com.br), com a abertura de um espaço para que os houvesse a participação dos intérpretes, através de uma lista de debates via e-mail. Essa lista é acessível a todos os intérpretes, podendo ser acessada por meio da página específica para os interessados;

g) foi legitimada, em 24 de abril do ano de 2002, a lei federal que constitui a Língua Brasileira de Sinais, ficando como a língua oficial das comunidades surdas brasileiras.

Tal regulamento exprime um fundamental avanço no processo de reconhecimento e formação do profissional intérprete da Língua de Sinais no Brasil, bem como, o acesso as oportunidades no mercado de trabalho, com respaldo pela questão legal. (Quadros, 2004, pp. 14-15).

## **PROFISSIONAL TRADUTOR INTÉRPRETE DA LÍNGUA DE LIBRAS (TILS)**

Cabral e Córdula (2017) comentam que o entendimento entre docentes e educandos surdos só ocorre de forma plena quando o aluno primeiro adquire a Libras como L1 e segundo adquire o português como L2. Quando isso não acontece, a função do intérprete é vital na manutenção do entendimento entre ambos. A profissão de Tradutor e Intérprete da LIBRAS foi aprovada no dia 1º de setembro de 2010 pela Lei nº 12.319. O recente ato vem suscitando novas discussões acerca dos parâmetros para o exercício de tal função, como a formação, atuação, sindicalização e valorização

dessa atividade, tendo em vista que o intérprete, conforme Quadros (2004),

[...] absorve a mensagem produzida na língua fonte e estabelece preferências lexicais, estruturais, semântica e pragmática na língua almejada, e que precisam se aproximar o mais adequadamente da informação oferecida na língua fonte. Dessa maneira, o intérprete, ao mesmo tempo, necessita ter noção técnica para que suas opções estejam adequadas tecnicamente. Assim sendo, a ação de interpretar abrange métodos bastante complexo. (Quadros, 2004, p. 27).

A interpretação em língua de sinais no Brasil é uma atividade recente, com menos de duas décadas de desenvolvimento. Assim sendo, o despreparo técnico e profissional, por si só, seria suficiente para suscitar projetos de pesquisas que forneçam subsídios teóricos para o exercício de uma prática profissional consciente e produtiva para aqueles que dela necessitam, a comunidade de pessoas surdas e as pessoas ouvintes, nos diversos cenários de interação na sociedade.

Segundo Quadros (2004, p. 11) Tradutor-intérprete é “Pessoa que traduz e interpreta o que foi dito e/ ou escrito. Tradutor-intérprete de língua de sinais - Pessoa que traduz e interpreta a língua de sinais para a língua falada e vice-versa em quaisquer modalidades que se apresentar (oral ou escrita).” Assim, o autor completa sua colocação ao dizer que a interpretação e a tradução simultânea são o processo do entendimento de uma língua para outra, de uma forma simultânea, ou seja, ocorrendo ao mesmo tempo. Isso significa que, é preciso que o tradutor-intérprete escute/veja a expressão de uma língua (língua fonte), faça o processamento e transcreva para a outra língua (língua alvo) no tempo da enunciação. A tradução-interpretação consecutiva, segundo o autor, é o método de tradução interpretação de uma língua para outra que ocorre de forma consecutiva, ou seja, o tradutor-intérprete escuta/observa o enunciado em uma língua (língua

fonte), confere a informação e, em seguida, faz a passagem para a outra língua (língua alvo).

## MÉTODOS

Partindo-se do pressuposto de que a organização da investigação, em termos metodológicos, se encontra alicerçada na concepção de Bessa (2005, p. 82) o “conhecimento como construção em processo sobre um real também processo.” A pesquisa aqui adotada segue o modelo epistemológico-metodológico baseado no referencial de estudo de caso, definido por Yin (2001, p. 23) como “uma pesquisa empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em seu contexto natural, em situações em que as fronteiras entre o contexto e o fenômeno não são claramente evidentes, utilizando múltiplas fontes de evidência”.

De acordo com Stake (2009), o estudo de caso necessita ser efetuado em um processo de impregnação e investigação, em que o investigador precisa embeber-se das minúcias de uma instituição a fim de conhecer seus costumes e práticas, seus pontos fortes e fracos, tal como fazem os que vivem seu dia a dia. Essa imersão, segundo o autor, aguça as intuições do pesquisador e fornece muitas pistas para entender o objeto estudado. Com base nessa abordagem, tomou-se como caso o processo de inclusão educacional do aluno surdo na escola de ensino médio, estudando-o dentro um sistema delimitado, ou seja, o contexto onde se desenrolou a investigação foi a escola estadual da rede pública de ensino médio, localizada no município de Pedreiras no Estado do Maranhão.

No âmbito do estudo de caso, este estudo caracteriza-se como pesquisa qualitativa, pois se enquadra nas peculiaridades deste tipo, conforme descrito por Lüdke e André (2013). Esse método é empregado para os estudos considerados subjetivos, abrangendo, geralmente, a realidade social, seu sistema de valores e símbolos, espaço em que os sujeitos e grupos estão inseridos e conforme Minayo (2010, p. 245)

em contextos que “apresentam condições históricas, socioeconômicas e culturais específicas.”

A escolha pela pesquisa qualitativa justifica-se pelo fato desta permitir um contato direto com a situação a ser estudada e que sofre influência em relação ao contexto no qual se insere, o que torna importante os dados da realidade que os participantes do estudo ajudam a fornecer. Mediante essa metodologia, pode elucidar um universo de significados, aspirações, crenças, valores e atitudes, relacionados à percepção dos integrantes, tendo em vista que a pesquisa qualitativa viabiliza a investigação como fonte direta de dados no espaço natural.

## LÓCUS DA PESQUISA

Com base em dados documentais, este item descreve o contexto da pesquisa, apresentando informações básicas sobre o Estado do Maranhão e especial o município de Pedreiras que está localizado na Região do Médio Mearim, onde a pesquisa está inserida e é o centro dos registros pesquisados.

## MUNICÍPIO DE PEDREIRAS

O município maranhense de Pedreiras é a cidade-polo da Região de Planejamento do Médio Mearim, possuindo uma área de 534,514 km<sup>2</sup> e uma população, conforme estimativa do IBGE de 2018, de 39.267 habitantes, foi avaliada pelo IDEB e constatou-se que ele está entre as piores médias na avaliação referente ao ano de 2017, com média de 4.5 cuja meta seria 4.9.

O município foi fundado em áreas de fazendas escravistas e dos índios Guajarás que habitavam a região. Em meados do século XX foi um dos maiores polos produtores de arroz, batata e macaxeira do interior do estado do Maranhão.

Pedreiras é centro regional de abastecimento de 16 cidades na região do Mearim e concentra os órgãos regionais como Detran, Justiça Estadual e do Trabalho, Ministério Público, Defensoria pública, Caema, Funasa, OAB (Subseção de Pedreiras) e Secretaria da fazenda estadual e outros.



**FIGURA 7.** Foto aérea da cidade de Pedreiras – MA.

**FONTE:** file:///C:/Users/Marcos%20Borges/Downloads/Book%20Polo%20Pedreiras.pdf

#### **CENTRO EDUCA MAIS OLINDINA NUNES FREIRE**

Centro Educa Mais Olindina Nunes Freire está localizada na Av. Zeca Branco, SN, Bairro Engenho. CEP: 65725-000. Pedreiras - Maranhão O telefone da escola é (99) 3642-0001 e o e-mail é *Email:elimourabr@gmail.com*. A escola estadual possui 553 alunos (segundo dados do Censo Escolar de 2022) em Ensino Médio.

Escola pública e urbana com Funcionamento integral, com prédio próprio, água da rede pública, energia elétrica da rede pública, rede de esgoto, esgoto sanitário por fossa, coleta de lixo periódica e destinação do lixo: queima, tendo em sua estrutura: Sala de diretoria, sala de professores, laboratório de informática, sala de ciências, cozinha, pátio coberto e pátio descoberto, com recursos: Vídeos, DVD, Retro retroprojeto, projetor multimídia - Datashow, 07 salas existentes, 2 equipamentos de TV, 2 parabólicas, 3 impressoras, 2 aparelhos de som, 11 computadores na escola, 3 para uso administrativo, 8 para uso dos alunos, 90 funcionários, acesso à internet e banda larga, oferece alimentação escolar para os alunos e possui modalidade do ensino: ensino médio.

Conforme o site, disponível: <https://www.educamaisbrasil.com.br/escolas/centro-de-ensino-de-tempo-integral-olindina-nunes-freire>, visitado em 13 de abril de 2020, mostra que o desempenho da escola, no Enem 2019 com 20% dos alunos da Escola centro de ensino de tempo integral Olindina Nunes Freire participaram da prova, sendo que área de conhecimento com melhor rendimento foi Redação, que compreende as disciplinas Redação.

A escola teve tem a média inferior à cidade de Pedreiras. A escola teve média de 472.13 na área de Ciências Humanas, que compreende as disciplinas de Geografia, História, Filosofia e Sociologia. É uma média maior 15.28% do que a média brasileira. E média de 483.64 na área de Ciências Naturais, que compreende as disciplinas de Física, Química e Biologia. É uma média maior 2.10% do que a média brasileira.



**FIGURA 8.** Imagem da entrada principal do Colégio Estadual Olindina Nunes Freire

**FONTE:** <https://www.maxsramom.com/2018/03/cei-centro-de-educacao-integral.html>

As escolas em tempo integral já são uma realidade em 17 municípios do Maranhão e em Pedreiras o Centro de Ensino Integral Olindina Nunes Freire, também ofertar esse modelo de educação aos estudantes não só do município, mas também de cidades vizinhas.

#### **ANÁLISE E DISCURSÃO DOS RESULTADOS**

A primeira fase, pré-análise, é desenvolvida para sistematizar as ideias iniciais colocadas pelo quadro referencial teórico e estabelecer indicadores para a



interpretação das informações coletadas. A fase compreende a leitura geral do material eleito para a análise, no caso de análise de entrevistas, estas já deverão estar transcritas. De forma geral, efetua-se a organização do material a ser investigada, tal sistematização serve para que o analista possa conduzir as operações sucessivas de análise.

Concluída a primeira fase, acima descrita, parte-se para a exploração do material, que constitui a segunda fase. A exploração do material consiste na construção das operações de codificação, considerando-se os recortes dos textos em unidades de registros, a definição de regras de contagem e a classificação e agregação das informações em categorias simbólicas ou temáticas. Bardin (1977) define codificação como a transformação, por meio de recorte, agregação e enumeração, com base em regras precisas sobre as informações textuais, representativas das características do conteúdo.

A terceira fase compreende o tratamento dos resultados, inferência e interpretação, consiste em captar os conteúdos manifestos e latentes contidos em todo o material coletado (entrevistas, documentos e observação). A análise comparativa é realizada através da justaposição das diversas categorias existentes em cada análise, ressaltando os aspectos considerados semelhantes e os que foram concebidos como diferentes.

Torna-se importante ressaltar que para fins desta pesquisa, adotou-se a sequência de passos, para realização da análise de conteúdo preconizada por Bardin (1977), tendo em vista sua ampla utilização e popularidade nas pesquisas em administração, entretanto, ressalta-se que outros autores também propõem formas de análise de conteúdo semelhantes a proposta por Bardin (1977), e que se forem seguidas com rigor, poderão conduzir a resultados profícuos e confiáveis.

A interpretação possibilitou dar sentido às respostas obtidas, relacionando-as aos conhecimentos obtidos anteriormente na fundamentação teórica.

Buscou-se, nesse sentido, atribuir significado aos resultados, tendo como referência os objetivos da pesquisa, que são: Como se dá o processo de inclusão do discente com deficiência auditiva na sala regular de ensino médio? Qual a importância da atuação do interprete de LIBRAS do ensino médio na aquisição do conhecimento do aluno surdo na LIBRAS como L1 e o Português como L2? Como identificar os entraves encontrados na comunicação do professor e o aluno surdo no processo de aprendizagem dos conteúdos ministrados na sala do ensino médio? A escola do ensino médio cumpre as normas definidas pelos documentos oficiais? Nos quais se subordina ao processo interpretativo das informações. Ao final, os dados obtidos foram discutidos e os resultados apresentados em forma de conclusões cabíveis para responder à questão norteadora da investigação, com os respectivos objetivos.

Para obtermos as amostras da escola do ensino médio selecionada, optamos por buscar dentro do município somente a instituição que possuíssem em sua matrícula alunos com deficiência auditiva. E neste caso em pesquisa interna realizada no início de 2019 com a Secretaria de Educação de Pedreiras, que apenas o Centro de Ensino Integral Olindina Nunes Freire, escola do ensino médio, detinha alunos matriculados em anos sequenciais.

A direção escolar, o coordenador pedagógico, professores e alunos, distribuídos como mostra a Tabela 1.

**TABELA 01:** Campo da amostra – população total dos entrevistados/sexo

SUJEITOS	TOTAL	SEXO MAS	SEXO FEM
COORDENADORES PEDAGÓGICOS	01	00	01
DIRETOR	01	00	01
PROFESSORES	10	05	05
INTERPRETE DE LIBRAS	03	00	03
ALUNOS	03	02	01
TOTAL	18	07	11
% DA AMOSTRA	100%	38%	62%

**NOTA:** controle do pesquisador

Para seleção dos professores optamos por pesquisar somente docentes que estão envolvidos com a disciplina da língua portuguesa, pois entende-se que essa é a segunda língua do aprendizado do aluno surdo.

Entende-se que essa situação configura o bilinguismo dos surdos brasileiros: aprender a língua de sinais, como primeira língua, preferencialmente de zero a três anos, seguida do aprendizado do português, como segunda língua. Dito isso, fica claro que os surdos podem ser considerados bilíngues ao dominarem duas línguas legitimamente brasileiras, posto que ambas expressem valores, crenças e modos de percepção da realidade de pessoas que compartilham elementos culturais nacionais. Ocorre que uma das línguas – o português – é a língua oficial e majoritária – enquanto que a outra – a Libras – é uma língua minoritária, utilizada por um grupo restrito de pessoas.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO DAS “ENTREVISTAS COM OS SUJEITOS SELECIONADOS”

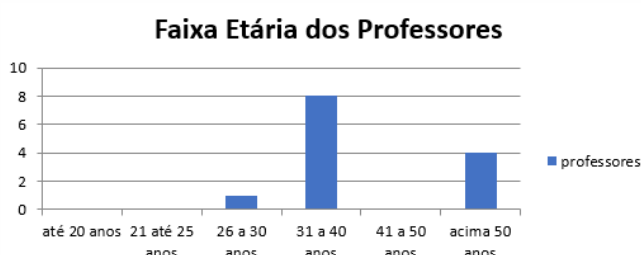
Discorrer a respeito da inclusão, os objetivos que a informam e os desafios enfrentados, envolveu conhecer sobre as problemáticas e as experiências dos participantes no sentido de visualizar o contexto de inclusão do educando surdo na escola pesquisada. Assim, as informações obtidas por meio das entrevistas foram organizadas em duas partes.

Na primeira delas, delinea-se o perfil dos entrevistados através de dados de identificação, enquanto a segunda parte, na intenção de melhor abranger o conteúdo inerente das falas dos sujeitos nesta pesquisa, assenta-se em categorias distintas, como tópicos ligados aos objetivos da pesquisa, um guia para a análise dos resultados. As questões que constituem a segunda parte do roteiro das entrevistas tiveram como finalidade recolher dados sobre as representações dos entrevistados no tocante ao método de inclusão educacional em geral, cujos resultados foram discutidos conforme as respostas reunidas nos dois grupos

definidos, o primeiro, com a Diretoria e a Coordenação depois os Educadores, e por final dos Educandos Surdos.

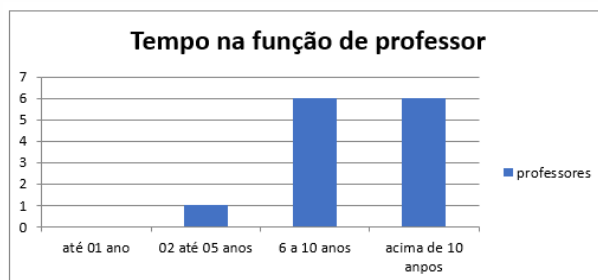
### PERFIL DOS ENTREVISTADOS - PROFESSORES

No segundo grupo de questões das entrevistas realizadas, conforme referido na introdução do capítulo 6.4 pretendeu-se recolher os dados dos envolvidos na presente pesquisa. Assim nas figuras 10 e 11 demonstram o perfil dos professores selecionados para as entrevistas.



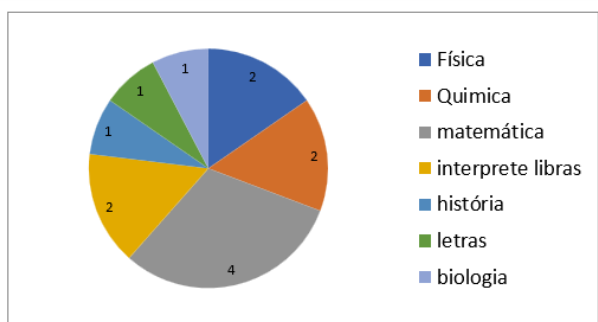
**FIGURA 10:** Controle da Faixa Etária dos Professores.  
**FONTE:** controle da pesquisa.

Na figura 10 mostra que a média da faixa etária dos professores selecionados estava em torno de 31 a 40 anos isto é, 60% dos entrevistados, onde 30% estavam na faixa acima de 50 anos e 10% entre 26 a 30 anos.



**FIGURA 11:** Controle do tempo na função de professor.  
**FONTE:** controle da pesquisa.

Na figura 11 mostra que o perfil dos docentes em tempo de serviços na função está equilibrado entre sênior e o máster, isto é 46% na faixa de 6 a 10 anos e 46% na faixa acima de 10 anos, isto mostra que os entrevistados já possuem experiências necessárias na função e deste modo, suas falas apresentam maior consciência a respeito do tema em pesquisa.



**FIGURA 12:** Controle do tempo na função de professor.  
**FONTE:** controle da pesquisa.

Na figura 12 mostra que os docentes selecionados corresponderam em matérias de maior grau de dificuldades para o estudante surdo, sendo que conforme as entrevistas dos professores de matemática neste caso, 30% dos pesquisados, relatam suas dificuldades e angústias sobre esse assunto.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil de hoje é necessário ter um pensamento, mas abrangente sobre as questões da educação escolar e ainda, mas diante ao processo de inclusão de alunos surdos na rede de ensino médio, pois ainda é uma tarefa que exigem mudanças urgentes de paradigmas a todos os envolvidos neste processo educacional inclusivo.

Dessa forma as respostas dadas pelos entrevistados e as observações realizadas na escola e sala de aula objetivaram desmistificar muitas questões colocadas em dúvidas sobre esse assunto, portanto foi essencial o desenvolvimento desta pesquisa, tanto para a escola, bem como para todos os envolvidos na área acadêmica, deste modo, a conclusão do trabalho poderá esclarecer dúvidas e oportunizar o acesso transparente das informações sobre a educação inclusiva dos alunos surdos na escola participante.

Com isso, pode-se compreender, a partir das ações efetivadas pela escola pesquisada, que a política de inclusão escolar ainda necessita de melhorias no seu processo, principalmente na qualificação, formação continuada e as condições relevantes apresentadas nas

discussões construídas com intuito de concretizar a inclusão de fato e real, possibilitando assim, assegurar os recursos didáticos necessários e apoio governamental tão fundamental e questionado pelos participantes para formação de professores. Entende-se que é imprescindível que se tenha urgente um novo olhar sobre para os alunos com deficiência auditiva e sobre tudo o papel que a escola nesse processo está envolvida para garantir a inclusão necessária.

Diante dessa perspectiva construída através da pesquisa de campo, este trabalho tornou-se relevante e, portanto, contribuiu para garantir uma maior reflexão dos profissionais envolvidos dentro da escola pesquisada e principalmente na trajetória dos alunos surdos matriculados e na sociedade escolar que envolve o município de Pedreiras - MA, contribuindo na gestão escolar, voltada para a formação continuada e apropriação de novos conhecimentos que envolvem a inclusão dos alunos surdos.

Dessa forma, tendo como objetivo principal do trabalho buscar analisar como se dá o processo pedagógico de inclusão dos alunos com deficiência auditiva em sala de aula e a importância da atuação dos interprete de LIBRAS como mediador do ensino e aprendizagem de alunos surdos da escola de ensino médio integral do município de Pedreira no Estado do Maranhão. Pode-se entender que todo o processo ainda está em fase de implantação apesar de mostra-se lento nas ações e envolvimento de todos os participantes ativo da escola, ainda é necessário desenvolver, mas estudos sobre as práticas pedagógicas e metodologias que devem se utilizadas na educação dos surdos dentro da escola, também foi possível incentivar os professores de forma indireta, com as entrevistas em buscar alternativas para que a educação escolar seja mais efetiva e participativa.

Diante disso pode-se compreender através da conclusão construída através das indagações específicas para o município em estudo, que o processo de inclusão de alunos com deficiência auditiva em sala de aula, dentro do ensino médio na cidade de Pedreiras – MA,

está em fase de implantação de modo lento e sem apoio do Governo para acelerar esse processo, onde a inclusão de professores em Libras e tradutores contratados para a escola é marco desta inclusão. Assim, buscando entender a importância do Interprete de Libras para o ensino médio dos alunos surdos, diante ao ensino da língua L1 e do português L2, foi considerado por todos os entrevistados sendo um fator primordial e importante para alcançar os resultados desejados do ensino e o aprendizado. Assim, quando buscou-se identificar os entraves encontrados na comunicação do professor com o aluno surdo no processo de aprendizagem dos conteúdos ministrados na sala do ensino médio, foram unânimes na confirmação da deficiência da língua dos sinais para a comunicação. Apesar de que a escola mostra-se com projetos em andamento para minimizar essa questão, mas o fator comprometimento e responsabilidade ainda é uma situação negativa a ser vencida diante a inclusão desejada pela gestão escolar. Quanto ao cumprimento das normas definidas pelos documentos oficiais, a escola ainda está em fase de atendimento, pois acreditam que boa parte dessa expectativa já está sendo alcançadas, mas ainda está longe de serem entendidas pela equipe da escola, apesar de reuniões rotineiras serem realizadas com todos os envolvidos e oportunidades oferecidas de jornadas pedagógicas com apoio dos interpretes para obtenção do conhecimento de Libras. Pois, boas partes dos entrevistados acreditam que ainda é preciso maior interação e comprometimento com todos os envolvidos da escola.

Quanto às hipóteses levantadas a respeito que a maioria das escolas não apresenta condições mínimas de comunicação entre a comunidade escolar e o aluno surdo, visto que se faz necessário considerar a língua materna do surdo que é LIBRAS, a qual ele precisa dominá-la por completo, para posteriormente ser trabalhado na língua portuguesa que seria para o surdo, uma segunda língua. Ainda é um fato concreto observado na pesquisa

Também foi citado como hipótese que a prática inclusiva do surdo no ensino médio só terá êxito se acontecer mudanças na adequação e organização do trabalho pedagógico com envolvimento de todos e principalmente a escola oferecendo a seus pares o conhecimento em LIBRAS. Desse modo o aluno, além de ter garantido seus direitos, poderá desenvolver sua aprendizagem significativa. Ainda considerada uma questão a ser trabalhada dentro da gestão escolar.

Diante as perspectivas levantadas ao longo deste trabalho, entende-se que a formação do intérprete educacional ainda necessita levar em conta algumas atribuições, assim, pode-se compreender que está abordagem para as questões pedagógicas não está prevista nos programas de formação de intérpretes.

## REFERÊNCIAS

- Alencar, E. M. L. S. (1985). *A Criança na Família e na Sociedade*. Petrópolis-RJ: Vozes.
- BRASIL. *Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008*. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. Brasília, 2008a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>
- Brasil. *Lei 10.436, de 24 de abril de 2003*. Dispõem sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Recuperado em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis16404compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis16404compilada.htm)
- Brasil. *Lei n. 12.319, de 1º de setembro de 2010*. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm).
- Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. (1994). *Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial*. Brasília: MEC/SEESP.
- Brasil. Ministério de Educação/Secretaria de Educação Especial. (2004). *Educação Inclusiva. Direito à Diversidade. Curso de Formação de Gestores e Educadores*. Brasília: MEC/ SEESP.

Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. (2003). (32ª ed.) Brasília: Gráfica do Senado.

Bessa, D. (2005). *O uso das estatísticas em Economia*. In A. S. Silva & J. M. Pinto (Orgs.). *Metodologia das Ciências Sociais*. (13a ed.). Porto: Edições Afrontamento.

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Cabral, R. M.; Córdula, E. B. L. (2017). Os desafios no processo de alfabetização de surdos. *Revista Educação Pública, Cecierj*, Rio de Janeiro, 17(5). 12-14.

Lüdke, M.; André, M. E. D. A. (2013). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: E.P.U.

Minayo, M. C. (2010). Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, 17(3), 621-626.

Quadros, R.M. (2003). *Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão exclusão*. Florianópolis: Editora Ponto de Vista.

Stake, R. (2009). The Case study method in social inquiry. *Educational Researcher*, 7(2), 5- 9.